

A questão do solo urbano no processo de desenvolvimento do município de Anchieta-ES.

Bruno Fernandes Medeiros – DCSO – UFES cso.medeiros@gmail.com

A terra, no decorrer da existência humana sempre foi motivo de disputas e guerras. Para uns, ela é apenas uma mercadoria que pode ser valorizada com as regras do mercado, mas para seus habitantes é um lugar de muitos significados. Analisando o processo de colonização na História, percebemos que diversos povos foram espoliados do direito ao acesso à Terra, tendo sido ela reduzida e mesmo usurpada. No caso da cidade de Anchieta, desde a colonização, foi iniciado um processo comum de espoliação contra os índios, que se faz perceber até os dias de hoje. A luta dos moradores da comunidade de Chapada do À descendentes dos moradores da aldeia de Iiritiba, pelo direito de permanecer na suas terras é uma demonstração deste processo. Algo semelhante pode ser constatado no Plano Diretor Municipal, que reservou considerável parte das terras do município para a instalação de um Pólo Industrial, desconsiderando a História do lugar, assim como ocorreu na época das capitânicas Hereditárias. Os empresários (atuais donatários) foram contemplados, através do modo como ocorreu o zoneamento no município, em detrimento do direito dos moradores da cidade. Acompanhando, este novo processo de colonização, diversos conjuntos residenciais estão surgindo nas margens da cidade, contribuindo para transformação da cidade, ao mesmo tempo apagando da memória suas tradições. Nessa situação, algumas praias e passagens para mangue e para o Rio Benevente são individualmente apropriadas, em detrimento do coletivo. Os primeiros efeitos desta nova colonização podem também ser percebidos na formação dos bairros, como é o caso do bairro Planalto de Anchieta. Nesse lugar, fizemos um recorte deste novo processo de colonização, através de pesquisas de campo e revisão bibliográfica. Os resultados dessas mostram uma grande discriminação contra os migrantes de baixa renda, considerados como culpados pelos erros deste desenvolvimento.

PALAVRAS CHAVES: espoliados do direito à Terra; moradores da comunidade Chapada do À; moradores do bairro Planalto.

TEXTO COMPLETO

Passado, Presente e Futuro na cidade de Anchieta: a questão da terra no seu processo de desenvolvimento.

Bruno Fernandes Medeiros – DCSO – UFES [1]

A terra no Brasil, sempre foi motivo de disputas entre Reinos, Instituições, etnias e pessoas, independente do tempo. Antes mesmo de iniciar a colonização do Brasil, a Coroa Portuguesa disputou com o Reino Espanhol, os limites de suas possessões, no que hoje é chamado de América Latina. Ao iniciar a ocupação do solo, os colonos portugueses disputaram com os jesuítas sobre o domínio das terras, antes destes serem expulsos por ordem de Marques de Pombal. A partir daí, os índios passam a divergir com os colonos luso-brasileiros sobre o controle de suas terras, mas sem obter sucesso. Esta situação tornou-se pior, quando um novo modo de produção se consolidou, tornando a terra em mercadoria a ser comercializada. Fundam-se então novas disputas, orientadas por concepções diferentes de mundo, mas que tem na terra o destino seguro de indivíduos e grupos.[2]

PALAVRA CHAVE: disputa por terra; colonização; índios; destino de indivíduos e grupos.

A questão da terra sempre foi de marcante importância para a história da humanidade. Independente do modo de produção vigente são poucos os conflitos narrados que não teve a terra como objeto de disputa. Rousseau, na obra clássica *A Origem da Desigualdade entre os homens* considera que o homem nasceu bom, mas que sua degeneração, surgiu da organização na sociedade que beneficiou um pequeno grupo em detrimento de uma grande maioria, instaurando a desigualdade em todos os segmentos da sociedade. Destaca este iluminista, num dos trechos da sua obra o seguinte:

O primeiro que, cercando um terreno, se lembrou de dizer: "Isto é meu" e encontrou pessoas bastante simples para o acreditar, foi verdadeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes, guerras, assassinatos, misérias e horrores não teriam sido poupados ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou tapando o fosso, tivesse gritado a seus semelhantes: "Não escutem esse impostor! Vocês estarão perdidos se esquecerem que os frutos são de todos e que a terra não é de ninguém!" (ROUSSEAU, 1788, p. 57).

Analisando o aparecimento da propriedade, como fator determinante para organização da sociedade capitalista, diversos pensadores refletiram sobre a questão da terra nos diferentes

modos de produção, sendo que ficou famosa a frase da anarquista Proudhon [3] no auge da Revolução Industrial, de que a *propriedade é um roubo!*

Retornando esta questão a partir da História do Brasil, percebemos que antes mesmo do início da colonização, suas terras foram motivo de disputa, razão pela qual foi firmado o Tratado de Tordesilhas [4] entre a Coroa Portuguesa e a Espanhola no final do século XV. Anos depois, os portugueses desembarcaram no Brasil, mas iniciaram a colonização apenas em 1535, através das Capitânicas Hereditárias, como forma de evitar a perda do território para vários povos, que ameaçavam a integridade do território recém-descoberto. (COSTA, 2000, p. 27)

As Capitânicas Hereditárias foram uma estratégia da Coroa Portuguesa de explorar as "terras recém-descobertas", delegando a responsabilidade para particulares, que na época eram nobres. Esse processo se constituiu em "um desenvolvimento predatório que apenas enriquecia a coroa portuguesa e alguns membros da sua nobreza e certos burgueses a ela ligados", segundo (MATTOS, 2011) [5]. Contudo, observando a forma precária como elas se desenvolveram, constata-se que o objetivo de iniciar uma colonização desta forma era para povoar o imenso território desconhecido. Isso forçou dois séculos e meio depois Portugal e Espanha a revisarem o Tratado de Tordesilhas por meio do Tratado de Madri em 1750, devido à expansão das fronteiras por causa dos trabalhos dos jesuítas, dos bandeirantes paulistas e de outros personagens, que redesenharam as fronteiras do país. (COSTA, 2000, p. 30). [6]

Entre as quinze Capitânicas Hereditárias criadas para colonizar o Brasil, está a Capitania do Espírito Santo, onde diversas aldeias foram fundadas por membros da Companhia de Jesus, destacando-se de Iiritiba ou Reriritiba [7], criada no ano de 1569, que teve sua escolha pautada numa "estratégia de posse relacionada com os projetos de desenvolvimento político e econômico de Portugal, apoiados pela Santa Sé". (MATTOS, 2010) [8]

Analisando as ideias de (LINS, 2009, p. 21) [9], quando este autor pensa a construção de Brasília sob a perspectiva de um grande projeto, percebe-se que a política territorial

empregada no Brasil através da colonização, esteve voltada para atender interesses externos por meio da geração de riquezas, persuadindo os nativos com a ideia de redenção.

Devido a grande presença de índios nos aldeamentos, os jesuítas buscaram garantir a posse das terras deles, conferindo o título de verdadeiros donos das terras, de acordo com o descrito abaixo MATTOS, (Revista *Habitus*, no prelo, 2011).

Segundo Padre José de Anchieta, em “1562, por um capítulo de uma carta da Rainha, o Governador da Bahia doou terras de sesmaria aos índios das ditas Igrejas.” (...). Em 1575, essa resolução da Rainha citada por Padre Anchieta foi reafirmada por provisões do Rei D. Sebastião, que asseguravam direitos aos índios cristãos, das Igrejas da Bahia e demais Capitanias, dentre eles, os (direitos) de suas plantações e fazendas (...).

(...) por Alvará datado de 1º de Dezembro de 1584, o patrimônio dos índios aldeados de Reritiba foi demarcado, às instâncias e aos esforços do Padre José de Anchieta. (...).

A Aldeia de Iiritiba, (...), fundada aos moldes da colonização portuguesa, desde o ano de 1569, era legislada pelo Regimento das Missões, (...). Como nos demais aldeamentos assim fundados, as terras da Aldeia de Iiritiba estavam asseguradas por lei, como propriedade inalienável dos índios que a ela pertencessem, como está no Parágrafo 4º do Alvará Régio de 1º de Abril de 1680. Cabe ressaltar, que o Alvará de 1º de abril de 1680 afirma serem os índios "primários e naturais senhores" de suas terras, e que nenhum outro título, nem sequer a concessão de sesmarias, poderia valer nas terras indígenas.

Esta situação prevaleceu até as reformas administrativas executadas por Marquês de Pombal, quando os jesuítas foram expulsos do Brasil, mudando os índios da condição de tutelados à de vassallos da Coroa Portuguesa, submetendo a igualdade formal, com suas obrigações fiscais e poucos direitos. (MATTOS, 2011) Nesse período a Aldeia foi elevada à condição de Vila Nova de Benevente, mediante o alvará de 01-01-1759, sendo instalada em 14-01-1761. A partir destes fatos, os índios passaram a sofrer todo tipo de espoliação, principalmente com a edição do regulamento Diretório dos Índios, conforme relata esta autora, abaixo (SAINT-HILAIRE, apud, MATTOS, 2011).

Depois que expulsou os Jesuítas, a administração da Colônia

outorgou à comunidade dos Índios Civilizados de Benevente uma extensão inalienável de seis léguas de terra por outro tanto de profundidade. Mas, como o lugar é muito fértil, os governadores doaram porções de terras a amigos seus, sem se preocuparem com o direito dos indígenas que reclamaram inutilmente. (...). As terras tem sido passada, quase todas, às mãos dos Portugueses-Brasileiros brancos, e os Índios cultivam para os outros, as terras que teriam que cultivar para eles próprios.

Transformados em vassallos, os Índios da ex-Aldeia de Iiritiba, não sem luta, viram suas terras serem consideradas devolutas e doadas, como sesmarias, primeiro a colonos portugueses, depois como territórios para assentar colonos, principalmente, os provenientes do sul do Império austro-húngaro, quando o mesmo entra em colapso. (Artigo: A Aldeia de Iiritiba: atual cidade de Anchieta no Espírito Santo (Revista *Habitus*, no prelo).

Com a exploração de ouro em Minas Gerais nesse período, ficou proibida a construção de estradas que ligassem o Espírito Santo, à sua vizinha do oeste e também construídas diversas fortificações no litoral, que demonstram como os administradores portugueses e seus delegados no Brasil estavam convencidos de que qualquer ataque estrangeiro, que a capitania seria alvo. (OLIVEIRA, 2008, p. 185 e 186). Assim para evitar o contrabando do ouro foi proibida a abertura de estradas para o interior da Província, o que prejudicou sua economia local, que passou a depender da agricultura para crescer economicamente, forçando uma grande procura por títulos das terras pertencentes aos indígenas.

Dessa forma, muitos subterfúgios foram utilizados para apropriação das terras dos índios, sendo empregado um expediente utilizado até hoje que é negar sua identidade étnica, pois sem ela não há índios, muito menos direitos. (CARNEIRO, apud MATTOS, 2011).

Os primeiros colonos que se estabeleceram em pequenas posses quase sempre sem aforamento da Câmara, viviam em paz com os indígenas da ex-Aldeia de Iiritiba. Porém, a situação muda de forma radical com o incentivo da entrada de grandes fazendeiros nas Aldeias, franqueados pela mentalidade de que se deveria misturá-los aos índios para que estes se tornassem mais industriais. Depois, com as diretrizes contidas no Diretório, houve uma grande entrada legalizada de portugueses portadores de títulos de grandes sesmarias nas terras da Aldeia declaradas e protegidas legalmente, como patrimônio inalienável dos índios da Aldeia de Iiritiba. Muitos desses títulos de sesmarias eram provenientes da Bahia e privilegiavam altos funcionários da coroa portuguesa, ou seus parentes. (MATTOS, 2010).

Esta situação piorou, quando o governo decidiu preencher os “vazios populacionais” para desenvolver a economia da região através da cafeicultura, incentivando a entrada dos imigrantes europeus no território que receberam terras e privilégios. Através do decreto presidencial de 4 de junho de 1895, foi concedido aos imigrantes terrenos devolutos de 25 hectares para destiná-los a agricultura. (NAGAR, 1895, p. 20).

Apesar de parte das promessas feitas aos imigrantes europeus não terem sido cumpridas pelo governo do Espírito Santo e por atravessadores de mão de obra, o que motivou a proibição de imigrantes para o Estado por parte do Reino da Itália (NAGAR, 1895, p. 15) [10] durante certo período, muitos imigrantes foram beneficiados com terras em detrimento de índios e negros, segmentos marginalizados da sociedade, sendo que os primeiros aproveitando da equiparação a que estavam submetidos questionaram a perda de suas terras diversas vezes, a ponto enviarem uma Carta para o Reino de Portugal, no século XVIII (MATTOS, 2010). Destaca-se que “as atividades destes grandes sesmeiros rendiam maiores dízimos para a Coroa Portuguesa, assim os índios de Benevente viram obrigados a cultivar para os Portugueses-Brasileiros as terras que deveriam cultivar para eles próprios.” (SAINT-HILAIRE, apud, MATTOS, 2011).

Pelo Porto da Vila Nova de Benevente, chegaram muitos imigrantes na segunda metade do século XIX, principalmente italianos, que se fixaram nas terras mais altas da região como de Alfredo Chaves e Alto Pongal, expandido as plantações de café que eram escoadas pelo próprio Rio Benevente devido às poucas estradas. Foi no período do desenvolvimento econômico promovido pela cultura cafeeira que a Vila passou à categoria de cidade, por meio da Lei Provincial nº 6, de 12/12/1887, homenageando o fundador da Aldeia de Reriritiba.

O declínio econômico da cidade deveu-se a construção e instalação de estradas de ferro que transferiram para Vitória a produção econômica do interior, reduzindo a importância do Porto de Benevente, bem sua separação do que é hoje o município de Piúma e Alfredo

Chaves, conforme ensina (RAUTA RAMOS, et,.al. 2011).[11]

Na comunidade de Jabaquara, que em língua tupi significa “esconderijo” [12], localizada no interior no município as margens da BR 101, existia um dinamismo social e econômico, expressos na locomotiva trem e na usina de açúcar, que persistiu no tempo até a crise de 1929, quando entrou em decadência e faliu. Relata (GONÇALVES, 1996, p. 55), que esta comunidade recebeu muitos trabalhadores devido às plantações de cana-de-açúcar: “nortistas eram anualmente trazidos em pranchas ou chatas para incrementar a força de trabalho da Usina”.

Outro lugar no município que apresentou ocupação é na região conhecida como Rio Salinas afluente do Rio Benevente, onde existe nas suas margens um terreno de propriedade da Samarco, no qual podemos localizar um conjunto arquitetônico composto por 32 colunas, provavelmente construídas no século XVII, podendo ter tido diversas utilidades ao longo da História da Capitânia.

Cabe registrar por último, que existem indícios, de que o Porto de Benevente foi um dos locais de recebimento de navios negreiros, portadores de escravos, já com contratos prévios assinados de trabalho nas fazendas de café localizadas neste Estado (RAUTA RAMOS, et, al. 2011).

ASPECTOS SOCIAIS DAS DINÂMICAS TERRITORIAIS NO MUNICÍPIO DE ANCHIETA

Existem divergências entre pesquisadores sobre a quantidade de índios que existiam no Brasil quando os portugueses chegaram em 1500. De qualquer forma, a presença dos jesuítas no início da colonização, levanta a hipótese que a Coroa Portuguesa sabia da existência de um grande número de índios no litoral, o que justificava a associação com a Igreja Católica para controlar o índio, até então visto como um animal. [13] No que se

refere à quantidade de índios, Padre Anchieta relatou sobre a Capitania do Espírito Santo: “... a terra mais acomodada e aparelhada para a conversão que há em toda costa, por haver muito gentio e não tão escandalizado dos portugueses.” (ANCHIETA, apud BITTENCOURT, 1999, p. 29).

A própria escolha de Reriritiba as margens do Rio homônimo, para a fundação de um aldeamento deve-se a este motivo, conforme informa (TSCHUDI, 1860, p. 94), no final do século XVI existiam seis mil (6000) índios, que no decorrer dos anos, provavelmente, teve sua população aumentada [14] nos tempos dos jesuítas, já que o índio procurava os aldeamentos para fugir da escravidão:

O que não cessava nunca era o descimento dos índios. Em 1573, Belchior de Azeredo fez uma excursão pelo interior levando a guerra às tribos inimigas. Em sua companhia, vieram para o litoral, voluntariamente, mais de duzentos. De outra feita, em 1575 ou 1576, um padre da Companhia desceu mil índios do sertão. (LEITE, apud OLIVEIRA, 2008, p. 116).

Após a morte de José de Anchieta em 1597, muitos índios passaram a fugirem das aldeias “por causa do duro trabalho exigido pela Coroa, e devido à maneira tirânica como eram tratados” (MAXIMILIANO, 1940. p. 131 e 132). Sobre esta situação, também escreveu (TSCHUDI, 1860):

O espírito do Padre Anchieta não sobreviveu a seus sucessores, pois esses não foram capazes de prosseguir sua obra iniciada. Começaram então a explorar os índios para obter vantagem própria e o mesmo aconteceu por parte das repartições profanas. A opressão foi crescendo de tal modo que a maioria dos índios se retirou novamente para florestas. No lugar deles, foram assentadas famílias portuguesas, surgindo assim uma população misturada que nunca mais elevou-se a um número expressivo e no século passado ainda foi varias vezes ameaçadas pelo ataques do índios selvagens, provavelmente, descendentes dos habitantes da aldeia convertidos, mas que depois fugiram. (TSCHUDI, 1860, p. 94):

Dessa forma, ocorreu uma progressiva diminuição dos índios nas aldeias, que se acentuou com as epidemias ocorridas na capitania, sendo as mais sérias as que apareceram no século XVII e XVIII, conforme podemos ver abaixo:

No derradeiro ano do século XVII a capitania foi varrida por um surto de epidemia [conforme descreve Serafim Leite]. Devia ser manifestação local do celebre primeiro surto de febre amarela verificado no Brasil e que teve origem em duas barricas de carne salgada vindas de São Tomé para Recife.

A peste das bexigas vinha de priscas eras e mantinha-se presente nos obituários, sendo pavoroso que a varíola foi o surto da cólera, que fez sua aparição na província [do Espírito Santo] em novembro de 1854 e levou ao túmulo milhares de pessoas. Já em fevereiro de 1855, um ofício do barão de Itapemirim falava em mais de mil vítimas, [sendo que no relatório do presidente da Província para Assembleia Legislativa, de 1856, informava 133 vitimas em Benevente]. (OLIVEIRA, 2008, p. 177 e 369)

Diante estes acontecimentos, ocorreram revoltas na Aldeia de Reriritiba, como a que teve início em 29 de setembro de 1742, quando os índios expulsaram os jesuítas da Aldeia, apesar destes retornarem o controle da mesma, onde ficaram até serem expulsos do Brasil por Marquês de Pombal, conforme relata (MATTOS, 2011). Acrescentando mais uma hipótese ao ocorrido, (OLIVEIRA, 2008, p.213) diz que este longo incidente, pode ter surgido de “incompatibilidades políticas entre os jesuítas e o ouvidor Pascoal Ferreira de Veras”.

Além disso, a população indígena de Reriritiba decresceu com o passar dos anos, pois em vários momentos, os governantes portugueses praticavam recrutamento forçado dos nativos para combaterem os botocudos. (LOSADA MOREIRA, 2011, p. 7). Esta situação ficou expressa no censo de 1784, apesar de ainda ser a segunda vila mais populosa do Estado, o que demonstra sua importância histórica no período: “A Vila de Benevente, era a segunda mais populosa do Espírito Santo, depois de Vitória, contando então com 3.017 pessoas livres, 102 escravos predominado o elemento índio”. (GONÇALVES, 1996, p.30).

Posteriormente, no censo realizado em 1824, a população sofreu uma queda quase de 50%, apresentando um total de apenas 1707 habitantes, tendo sua população formada na maioria por índios, conforme tabela abaixo:

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE ANCHIETA EM 1824

Origem étnica	Número Total	Número de homens	Número de mulheres
Branco	430	215	215
Índios	848	387	461
Pardos livres	286	115	191
Pardos cativos	366	191	175

Fonte: (GONÇALVES, 1996, p. 33.)

Reduzida a população indígena, principalmente após a expulsão dos jesuítas, tornava-se mais fácil a apropriação de suas terras, que foram sendo ocupadas por colonos e posteriormente imigrantes italianos, naquilo que os governantes chamaram de vazios demográficos, conforme foi exposto acima.

Quando a Aldeia de Iiritiba passou a ser Vila Nova de Nossa Senhora da Assumpção de Benevente (TSCHUDI, 1860, p. 94 e 95), suas divisas terminavam em Guarapari, a partir da lagoa de *Maimbá*, e iam até Itapemirim, onde fica o monte *Agá*, tendo os fundos que tivesse do litoral para o sertão (DAEMON, 1879, p. 100). A partir da elevação da Vila à condição de cidade, passou a apresentar a forma que tem hoje, sendo dividida internamente em distritos, que segundo o IBGE em 1911, eram o distrito de Benevente, Iiritiba e Jabaquara. O primeiro distrito surgiu do aldeamento de Reritiba fundado pelo Padre Anchieta; o segundo que é atualmente conhecido como Alto Pongal, teve seu povoamento às margens férteis do rio Pongal (afluente do Rio Benevente), feito pelos imigrantes italianos, enquanto Jabaquara teve seu destaque na produção de açúcar no final do século XIX e começo do século seguinte, até a crise de 1929.

Num recenseamento das propriedades agrícolas do Estado do Espírito (ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL), de 1920, é possível verificar que no município de Anchieta, denominado no estudo ainda como Benevente possuía 378 propriedades rurais, distinguindo-se dos lugares que receberam imigrantes europeus e tiveram seus territórios divididos para este fim, como Santa Leopoldina, Santa Izabel, Santa Tereza, Alegre, São Matheus, Linhares e Cachoeiro de Itapemirim, onde o número de propriedades agrícolas supera mil.

Temos que destacar que uma grande parte dos migrantes que chegaram a Benevente estava de passagem, utilizando a boa estrutura portuária da Vila, assim ocorreu em Vitória. Sobre a boa estrutura portuária, escreveu (TSCHUDI, 1860):

O Porto é seguro e protegido; sua barra é de fato estreita, mas profunda o suficiente para navios de alguns milhares de toneladas de carga. Em Benevente há até mesmo um estaleiro no qual se constroem barcos costeiros muitos sólidos. As florestas das redondezas são ricas em excelentes madeiras para construção de barcos estreita e segura. (TSCHUDI, 1860, p. 95):

Dessa forma, os poucos imigrantes italianos que se fixaram em Benevente neste período, concentraram nas localidades de Alto Joeba, Alto Pongal, Barra de Joeba, Cabeceiras de Córrego do Americano, Cachoeira Alta, Canella, Córrego de Diamante, Itaperoroma, Jabaquara, Jacaratiá, Segundo Território e Serra de Dois Irmãos. [15] Predominantemente, estas localidades estão ao Sul da atual Matriz de Nossa Senhora da Assunção e próximo ao município de Piúma (que derivou Iconha), diferente de Jabaquara que esta localizada no interior próximo do Monte Urubu e das terras dos índios, da atual comunidade de Chapada do Á. Em Jabaquara se instalaram os proprietários rurais das famílias Pompermayer e Ginelli, que possuem seus nomes registrados neste censo de 1922 e que desembarcaram com suas famílias no Porto de Benevente na segunda metade do século XIX.

Neste recenseamento de proprietários rurais, aparecem alguns membros da família Victor, confirmando que esta comunidade é descendente dos índios de Reriritiba, por usufruir o direito alcançado através dos esforços do padre Anchieta até os dias de hoje.

NOME DO PROPRIETÁRIO	LOCALIDADE
Benedicto V. P. do Nascimento	Logar A (Atual Chapada do Á)
Manoel Victor	Logar A
Constantino Victor	Logar A
Claudino Victor	Salina
Severo Victor	Salina

Assim, os imigrantes italianos não ocuparam num primeiro momento, as terras dos índios da Comunidade de Chapada do Á, podendo esta responsabilidade ser atribuída aos colonos

luso-brasileiros, que aproveitando as brechas das reformas pombalinas, foram tomando posse das terras dos índios com a conveniência do Estado, conforme informa (MATTOS, 2011). Provavelmente, partes destas terras foram ocupadas também pelos migrantes que iam trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar de Jabaquara, de acordo ao movimento migratório informado por (GONÇALVES, 1996, p. 55) e com a ideia de que “a possibilidade de permanência na cidade dos trabalhadores que migram com pouco ou nenhum recurso, esta condicionada à possibilidade de obter rapidamente um modo de ganhar a vida” (DURHAM, 1984, p. 146), se fixando nas terras para onde vão trabalhar, por exemplo.

Devido aos seus repetidos fracassos econômicos, ao longo de sua História, Anchieta manteve-se isolada dentro do Estado, possibilitando a conservação das condições naturais da orla marítima, bem como os aspectos tradicionais da ocupação humana, apresentando características de uma vila. [17] Nesta condição, desenvolveu um pequeno núcleo urbano, a partir do seu Porto, sendo um dos bairros Nobres do passado denominado de Porto de Cima. Na parte mais elevada deste, encontra-se localizada a Matriz, que marca a fundação da aldeia de Reriritiba pelo Padre José de Anchieta na segunda metade do século XVI. Nas proximidades, foi construído o tradicional Colégio Maria Mattos, específico para meninas, e o Colégio dos Padres exclusivo para meninos. Um pouco mais acima, no Morro da Penha, existe uma Igreja homônima, inaugurada em 1883, e mais adiante o cemitério, construído somente em 1888. Nesse período, esta região era pouco povoada, tendo seu cenário marcado pelas pastagens de gado e pelo poço do Coimbra, onde a população local buscava água potável. (GONÇALVES, 1996, p. 34-35).

Nas margens desse núcleo urbano, ficavam as camadas de menos poder aquisitivo que residiam nas laterais da Rua Nova, chamada atualmente Avenida Zulmira Rosa Antunes. Os mais empobrecidos tinham suas casas na Rua do Brejo, acima da Rua Nova, hoje denominada Avenida Rauta. No mais, existia o areal, que ligava o morro à Rua do Brejo e à Rua Nova. (RAUTA RAMOS, et, al. 2011).

O município de Anchieta sofreu as consequências da política de erradicação do café, levada a efeito nos anos 1961-1962 e 1966-1967 no Estado, possibilitando uma maior concentração fundiária devido êxodo rural. Com o início da Ditadura Militar, grandes projetos industriais passam a serem planejados sem dimensionar os impactos socioambientais, como a Samarco Mineração [18] que se instalou na enseada de Ubu e Parati na década de 70, passando a degradar o meio ambiente e causar problemas sociais na região. (RAUTA RAMOS et, al. 2011).

Desde sua instalação, o território municipal vem apresentando dinâmica territorial mais inserida no sistema capitalista, o que pode ser constatado pela concentração fundiária, que apenas no município de Anchieta corresponde uma área total aproximado de 404,88 km², que representa 25% do seu território do Município. (AGENDA 21)[19]. Observando a estrutura Fundiária do município, podemos observar esta situação.

Faixas de Área (ha)	Número de imóveis	Área (ha)
0 a menos de 9,9	282	1.340,60
10 a menos de 49,9	360	8.726,30
50 a menos de 99,9	93	6.335,00
100 a menos de 199,9	53	6.974,00
200 a menos de 499,9	15	4.091,20
500 a menos de 999,9	3	1.995,70
Mais de 1.000	2	2.648,70
Total	808	32.131,50

Estrutura Fundiária Municipal – ENCAPER – Dados de 2002

A presença desta Transnacional no município tem contribuído com o crescimento populacional devido à migração e conseqüentemente com a formação de bairros sem estrutura, muitos dos quais surgidos de ocupações irregulares, como foi o caso do bairro Alvorada, Recanto do Sol, Avilã, Nova Anchieta, Nova Jerusalém, Caixa D'água, Ponta

dos Castelhanos e mais recentemente o bairro Planalto de Anchieta. (RAUTA RAMOS, et., al, 2011.) Com relação isso, (KOWARICK, 1979, p. 32), explica que o setor imobiliário, reserva áreas em núcleos centrais à espera de valorização, empurrando os mais pobres para bairros sem estrutura. Abaixo temos uma tabela abaixo que apresenta o crescimento populacional desde a década de 40 até 2010.

CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO MUNICIPAL DE 1940 A 2010

Município	1940	1960	1970	1980	1991	1996	2000	2010
Anchieta	9.841	9.962	11.361	11.413	14934	17241	19.176	23.902

Fonte: IBGE. (Censos Demográficos de 1940, 1960, 1970, 1980, 1991, 1996, 2000 e 2011).

Desde a instalação desta indústria no município, a população vem crescendo num ritmo diferente dos anos anteriores, principalmente nos períodos que ocorreram sua expansão, entre os anos de 1994 a 1996, quando foi construída a 2º Usina e entre 2006 a 2008, quando foi erguida a 3º Usina de Pelotização e instalada a 2º linha do mineroduto. (RAUTA RAMOS, et, al. 2011). Segundo esta autora isso provocou o adensamento dos espaços urbanos, com o aparecimento de ocupações irregulares, evidenciada no desenho arquitetônico, através de habitações com lotes de tamanho bastante reduzido, abaixo do limite legal, e em áreas sem infraestrutura urbana. E essa tendência tende a se exponenciar, o que traz consequências adversas para o poder público, porque tem que arcar com programas sociais que nem sempre são eficazes para solucionar casos como “bolsões de pobreza” criados. Sobre estas formas físicas existentes nas cidades, temos que ter consciência de que elas correspondem à organização social e contém numerosas informações referentes às características da sociedade formas muitas das quais só podem ser conhecidas desta maneira e as únicas que podem ser experimentadas na dinâmica da cidade. (BENEVOLO, 1984, p. 14).

Para fazer frente aos problemas sócios ambientais que estão florescendo, foram editadas várias leis no município nos últimos anos, influenciadas pelo contexto sócio-político mundial, nacional e local de eventos, como por exemplo, a Constituinte de 88 e a ECO-92 ou Rio-92 (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento) [20].

De todas essas, a que mais demonstra o momento que o município passa é o PDM, que foi elaborado numa concepção desenvolvimentista dos ideais da Ong. Espírito em Ação [21], que estão expressos no Plano ES 2025[22], que prevê a instalação de um Pólo Industrial e de Serviços no município, sendo nítida a relação direta entre configuração espacial e a reprodução do capital (ARANTES, 2000, p. 260) e de um modelo de planejamento conservador (SOUZA, M.L.; RODRIGUES, 2004, p. 12). Para alcançar este objetivo, reservaram através do zoneamento do PDM, aproximadamente 40 % da área da cidade, para instalação de um parque industrial, ignorando os impactos étnicos, Históricos, sociais e ambientais do local.

O impacto étnico pode ser observado pela localização do Pólo, que fica predominantemente nas terras destinadas pelos esforços do Padre Anchieta aos índios no período colonial, com previsão legal em vários documentos datados dos anos de 1562, 1574, 1584 (quando foram demarcadas as terras dos índios de Reriritiba), 1680 (§ 4º do Alvará Régio, tornaram-se propriedade inalienável), e também 1758 no art. 48 dos Diretores dos índios, conforme esclarece (MATTOS, 2011). Apesar do desrespeito a estas regras no decorrer da História do município, conforme exposto no começo deste trabalho, estas terras continuam pertencendo aos índios, sendo atualmente ocupadas por seus descendentes que moram na comunidade de Chapada do Á e que buscam o reconhecimento de sua etnicidade para continuarem nas suas terras.

Com relação ao impacto Histórico, o município por ter sido um dos maiores aldeamentos do período colonial, abrigando vários índios no decorrer do tempo, possui um patrimônio Histórico referente ao período pré-colonial e colonial, que até hoje não foi estudado a fundo. Com a instalação desde empreendimentos industriais, muitos sítios arqueológicos estão aflorando na cidade nos últimos 30 anos, sendo registrados devidos às exigências legais, **com grau de integridade de conservação pequeno** [23], pelos arautos da consultoria ambiental mercantil, **apesar de serem considerados de alta e média relevância pelo IPHAN**. Registra-se que após a expulsão dos jesuítas do Brasil e também depois do período áureo do porto de Benevente, que foi curto e com atividades localizadas

territorialmente, o município ficou isolado no ponto de vista socioeconômico até a segunda metade do século do século XX, tendo apenas uma ilha de desenvolvimento que foi Jabaquara, mas que também não persistiu no tempo e ficou restrita a este lugar, apesar de existir uma linha férrea que ligava esta comunidade ao porto. Este argumento é corroborado com a localização da população no território, que se concentrou ao longo do tempo no litoral, por ser dependente dos recursos naturais encontrados neste local, o que justifica os “vazios territoriais” no interior do município hoje. Assim, por prevenção e respeito à História do lugar, principalmente dos índios, o Estado deveria zelar por este patrimônio arqueológico que pode rescrever a História não apenas de Anchieta, mas do Brasil, antes de permitir a instalação de grandes projetos no município. [24]

Sobre o impacto social, ele pode ser dimensionado a partir dos projetos que pretendem ser instalados no município [25] e das poucas informações repassadas nos processos de licenciamento ambientais por estes empreendimentos, como por exemplo, o crescimento populacional e o comprometimento dos recursos naturais da região, após instalação das plantas industriais. Analisando o licenciamento da IV Usina da Samarco e da Companhia Siderúrgica de Ubu, [26] que indevidamente estão ocorrendo no mesmo período, é possível perceber que com a aprovação das respectivas licenças de instalação, num curto espaço de tempo, a população do município irá dobrar em menos de 10 anos, pois o EIA-RIMA da Samarco prevê no seu cronograma de instalação da Usina a **contratação de 4.290 trabalhadores em setembro de 2012** (RIMA, 2010, p. 10), enquanto o EIA-RIMA da CSU faz vagamente a menção de **contratação de 18.000 trabalhadores no pico das obras de construção** (RIMA, 2010, p. 14), apesar dos anúncios periódicos nos jornais afirmarem que ela contratará 33.000 trabalhadores para construção de sua planta industrial [27], o que é um grande convite para os migrantes irem residir no município, formando um exército de exercito de reserva (MARX, 1982, 126).

Com isso, a cidade terá um crescimento populacional muito grande num curto espaço de tempo, não garantindo direitos previstos na Constituição para seus moradores terem uma vida digna, acentuando a migração, a favelização e os conflitos por terra, já que o restante da cidade que não é zona industrial ou unidade de conservação ambiental está sendo

adquirido por construtoras para a criação de Resorts e Condomínios de luxo, sendo os mais conhecidos no momento os Condomínios Cidade Jardins, Moréia Tênis & Beach, Aldeia de Iriri e Village Parati, sendo os três primeiros localizados distante do Pólo Industrial, enquanto outro fica próximo ao Pólo industrial, pois pertence à Samarco. Na opinião de (CALDEIRA, 2000, p. 265 e 266), estes condomínios fechados, expressam um novo conceito de moradia, que propõe um estilo de vida total, superior ao da cidade, mesmo quando construídos dentro dela, sendo assim um enclave fortificado, “separado do mundo” que vende ideais de saúde, ordem, lazer, preservação à natureza e segurança, que são serviços problemáticos, dentro da cidade comum. Um traço comum destes empreendimentos e que eles estão localizados próximos a locais que apresentam estrutura viária e ficam de frente para praia ou as margens de rio ou lagoas, ocorrendo o caso de fecharem o acesso para a praia ou para rio e derrubarem a mata nativa para ampliar suas construções, conforme exemplifica (RAUTA RAMOS, et.,al. 2011) no caso dos condomínios Moréia Tênis & Beach e Aldeia de Iriri.

Já o impacto ambiental irá piorar a conservação da natureza, principalmente próximo ao Pólo Industrial, tornando impróprios ou esgotando os recursos naturais, caso não se busque aplicar a legislação ambiental de forma sistêmica nos licenciamentos ambientais destas indústrias. A disponibilidade hídrica para população que é crítica e motivou à elaboração das Leis municipais nº 184/2004 e lei 203/2004 não são levadas em consideração, bem como a Avaliação Ambiental Estratégica [28] que vetou a instalação da Siderúrgica Baosteel, afirmando que o município de não teria condições de receber um empreendimento desta natureza, devido à saturação da poluição atmosférica e a demanda por água, para abastecer não apenas esta indústria, mas a população que ela atrairá.

Com relação à Estação Ecológica de Papagaio (Lei nº 17/92) e a APA da Guanabara (Lei 8/98), solitárias unidades de conservação [29] criadas pelo poder local, ambas até o momento não possuem Plano de Manejo e Zoneamento e também não estão adequadas às normas do SNUC [30], apesar da sua importância ambiental e dos impactos que vem sofrendo ao longo dos anos. Na Estação Papagaios temos um dos manguezais mais conservados do Estado [31] que é enquadrado numa categoria como unidade de proteção

integral que é a mais rigorosa que existe, permitindo apenas atividade de pesquisa no seu interior. Apesar desta restrição, esta é mais uma lei morta do município, pois além das atividades de pesca e cata do caranguejo, desenvolvidas tradicionalmente na região o manguezal é atravessado por duas linhas do mineroduto da Samarco, que traz o minério de ferro de Minas Gerais. Algo semelhante ocorre com a APA da Guanabara, mas de maneira inversa. Aqui temos um dos maiores berçários de tartaruga Cabeçuda (*Caretta Caretta*), que esta ameaçada de extinção [32] procurando as praias de Castelhanos, Guanabara, Parati, Ubu, Praia do Além e Mãe-bá para desovar. Contudo, parte desta unidade conservação que é de uso sustentável esta dentro da retro área do Pólo Industrial sofrendo os impactos diretos das atividades portuárias que estão aumentados, existindo a possibilidades de ser construir uma base de apoio marítimo é um super porto para atender a Siderúrgica CSU.

Atualmente, os impactos ambientais dos grandes projetos concentram-se na enseada de Ubu Parati e Mãe-bá, fazendo com que estas comunidades que residem próximo a Samarco sejam mais impactadas, seja por causa da poluição atmosférica ou devido às atividades portuárias da empresa que prejudica a pesca. (RAUTA RAMOS, et, al., 2011). De qualquer forma, devemos entender a luta pelos recursos naturais como a luta sentidos culturais, pelo fato de a natureza fornecer o estrato de subsistência do homem, sendo o impacto na pesca e na cata do caranguejo comprometedores da organização destes grupos. (ACSERALD, 2004, p.19), assim como, devemos entender o desenvolvimento de outras formas, pois o crescimento econômico é uma variável essencial, porém não suficiente para ensejar o desenvolvimento local. (MILANI, 2005, p. 19)

Portanto, são diversos os impactos causados pela instalação de um Pólo Industrial que fica difícil dimensionar, sendo que nos processos de licenciamento muitos questionamentos não são respondidos [33] e o poder de intervenção da sociedade e restrito, devido à falta de regulamentação dos mecanismos necessários para esta intervenção.

CASO PLANALTO DE ANCHIETA

Localizado as margens à esquerda da Rodovia do Sol, na direção de Guarapari, encontra-se

o bairro Planalto de Anchieta, no qual podemos entender um pouco as transformações que esta passando o município de Anchieta, devido à grande concentração de migrantes que faz com que existam diferentes cenários neste espaço e sentidos para os moradores.

Através de um rápido trabalho de campo, com aplicação de questionários com perguntas abertas e fechadas foi possível constatar esta diversidade, seja da forma como é dado uso ao espaço ocupado ou da maneira como é entendido. Para a prefeitura, por exemplo, este bairro se chama bairro Guanabara e Castelhanos, mas perguntando para os moradores do local em diferentes pontos, tomaremos conhecimento de outros nomes como Planalto Anchieta (32,25%), Praia de Guanabara (3,22%), Planalto Dois (12,90%), Terra Planalto (3,22%) e Nova Anchieta (32,70%).

Estas diferentes denominações para um único espaço, partem da ligação e do tempo que as pessoas estão nesse lugar, pois “quando os cortiçados transformam o palacete em maloca estão conferindo um novo significado para o território”, segundo (ROLNIK, 2004, p. 18) Assim, para a prefeitura que possui uma relação institucional com o bairro, ou seja, distante da realidade dos moradores ficar difícil compreender este sentido, mas para os moradores nem tanto.

No período que foi planejado o loteamento destes dois bairros não existia a Rodovia do Sol, já que a estrada que ligava Anchieta a Guarapari era a Estrada do Limão, que fica um pouco mais para dentro do município e desemboca na BR 101. Assim existia uma extensão linear do bairro que começava na praia dos Castelhanos e Guanabara e ia em direção ao interior do município. Com início das obras para construção da Samarco na década de 70, surge a necessidade de construir uma estrada no litoral para facilitar o transporte de insumos e operários, sendo construída a Rodovia do Sol que passa sobre estes dois bairros, rompendo a continuidade que existia. Desde então, esta parte mais ao noroeste destes dois bairros, tornaram-se o centro de atratividade para outros moradores de baixa renda por estar a poucos quilômetros da Usina das Samarco, o que corrobora com a ideia de (KOWARICK, 1979, p. 38) que a localização das favelas tende seguir a trilha da industrialização.

Diante o pauperização do público deste bairro o poder público promoveu a doação de lotes (Lei nº 1/2000) e nos últimos anos e buscou captar recursos para a construção de casas populares (Lei nº 369/2006), entregando até o momento 30 casas mobiliadas. Com a construção da Terceira usina e as constantes notícias que o município irá receber grandes projetos, várias famílias se instalaram neste bairro, o que motivou no dia 16 de novembro de 2010, a prefeitura derrubar 26 casas, sob alegação que eles estavam desmatando mata ciliar e furtando água e luz. Ocorre que semanas antes deste ato, alguns moradores fecharam parte da Rodovia do Sol, reivindicando regularização dos terrenos e fornecimento de água e luz. Registra-se que esta ação da prefeitura concentrou-se numa área que é de propriedade de uma Corretora de Imóveis de Governador Valadares, chamada de Praia Guanabara e que local que ocorreu este fato, concentra uma população predominante da Baiana, que é estigmatizada dentro e fora do Bairro. Com relação a este fato, escreve (VALENÇA et, al. 2007):

O favelado sofre, mais que os outros trabalhadores, forte discriminação social e econômica. Por ser um invasor de terras, existe o constante perigo de ser expulso ou removido do terreno, onde construiu, comprou ou alugou seu barraco. Além disso, a condição de favelado estigmatiza não apenas como morador destituído de direitos quanto à habitação: é atingido nos seus direitos civis, pois tende a ser visto como “maloqueiro”, “desordeiro”, “malandro”. Não pertence à confraria dos “homens de bem”... Isso não se traduz apenas em atitudes difusas e em palavras para remoção do núcleo, pressões das empresas nas suas relações de trabalho, ‘guerras’ na periferia entre pobres (moradores em loteamentos) e miseráveis (moradores em barracos de invasão).(VALENÇA, et, al. 2007, p. 127)

Com relação à procedência da população, verifica-se o seguinte: (ES - 37,90%), (BA – 31,04%), (RJ – 13,79%), (MG – 10,34%) e (Outros – 6,90%). Assim, a migração é um fenômeno que tende a crescer nos próximos anos no Município de Anchieta, em razão da instalação de um Pólo Industrial, atribuindo a certos sujeitos a responsabilidade pelos erros deste desenvolvimento, ao mesmo tempo espolia-o sua terra, como também é o caso dos moradores da comunidade de Chapada do À. Nesta situação, percebemos que a espoliação é um processo Histórico, marcado por lutas e forças desiguais, que pode ser entendida numa frase de Rousseau, de que “a razão forma o homem, mas é o sentimento que lhe conduz.”

Notas.

[1] Bacharel em Direito e estudante do Curso de Ciências Sociais da UFES, autor deste Artigo apresentado no I Seminário Nacional do Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais – PGCS –UFES, realizado entre os dias 31 de maio e 3 de junho, na UFES, Vitória, Espírito Santo, Brasil. O e-mail para contato é cso.medeiros@gmail.com.

[2] Este artigo estava planejado para analisar um bairro Planalto de Anchieta, na cidade de Anchieta, ES. Contudo, era necessário que a prefeitura liberasse alguns dados sobre este lugar, o que não ocorreu dentro prazos deste evento. Assim, enquanto aguardo a possível liberação dos documentos, elaborei este texto, que busca apresentar de forma sucinta a dinâmica territorial e populacional desta cidade ao longo do tempo.

[3] Pierre–Joseph Proudhon (1809-1865), considerado por Bakunin “o mestre de todos os anarquistas”.

[4] Assinado na povoação castelhana de Tordesilhas em 7 de Junho de 1494, para dividir as terras "descobertas e por descobrir" entre as Coroas Ibéricas.

[5] Professora da Universidade Federal do Espírito Santo e autora do artigo: A Aldeia de Iiritiba: atual cidade de Anchieta no Espírito Santo - Revista *Habitus* no prelo.

[6] No Tratado de Madri, o critério adotado para fixação dos limites foi o do "uti possidetis", que é o reconhecimento do direito de posse a partir do povoamento e exploração de terras.(COSTA, 2000)

[7] Por ter sido erigida junto ao rio que os índios denominavam Iiritiba que conforme Martins significa “ostreira, ou ostral. (MARTINS, apud MATTOS, 2011).

[8] Do artigo “**A cidade de Anchieta, Espírito Santo e o discurso do desenvolvimento**”, apresentado por MATTOS na 27ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de agosto de 2010, Belém, Pará, Brasil.

[9] Ver: Ribeiro, G.L. O Capital da Esperança: A experiência dos trabalhadores na construção de Brasília.

[10] Após denúncias escritas e relatadas e publicadas no Boletim do Ministério das Relações Exteriores em abril de 1895, bem como as informações dos relatórios consulares, o Reino da Itália proibia a imigração para o Espírito Santo, através do Decreto de 20 de julho de 1895.

[11] Organizadora do livro MACAÉ HOJE, ANCHIETA AMANHÃ: A AÇÃO DESTRUTIVA DO CAPITAL, que tem também o autor deste artigo como colaborador – No prelo – 2011.

[12] Nas matas ali existentes, pode ter existido um quilombo de ex-escravos, (SANTOS NEVES et al. 1995, p. 45).

[13] Ver Corografia brasílica, p. 59.

[14] Segundo o viajante Saint Hilaire havia em Reriritiba e entorno uma população de 12000 (SAINT HILAIRE, 1833, p. 175).

[15] Algumas dessas localidades mudaram de nome no decorrer do tempo, outras mantiveram seus nomes como Jabaquara, por exemplo.

[16] Estes lugares por eles citados ainda hoje, conservam a mesma denominação, tais como: Maimbá, Iriri, Tabua, Ubú, Monte Urubu, Jabaquara, Piúma, Arerá.

[17] DOXSEY, Jaime e ROCHA SOUZA, Carla. Diagnóstico socioeconômico dos aquicultores: os entraves sociais e políticos para uma sustentabilidade da maricultura em Anchieta (ESPÍRITO SANTO). IN: Maricultura.

[18] É uma empresa brasileira controlada em partes iguais por dois acionistas: Vale S.A. e BHP Billiton, produzindo atualmente 22,250 milhões de toneladas de minério de ferro, trazido do Estado de Mariana/MG em minerodutos, sendo a segunda maior exportadora do mundo deste produto que é fornecido para mais de 15 países, em todos os continentes. (SAMARCO, 2011)

[19] Informação repassada para população durante a elaboração do PDM.

[20] A ECO-92 ocorreu entre os dias 3 e 14 de junho de 1992 no Rio de Janeiro, tendo como objetivo principal buscar meios de conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a conservação e proteção dos ecossistemas da Terra.

[21] É uma Organização não-governamental, formada por grandes empresas, Autarquias e Instituições de Ensino do estado que busca criar um canais de participação junto ao Estado para auxiliá-lo na formulação de políticas públicas voltadas principalmente para área econômica.

[22] É um Estudo que expressa às principais ideias da Ong. ES em Ação, buscando agregar esforços na elaboração e execução de ações que impulsionem o desenvolvimento do Estado em todas as suas dimensões.

[23] Conforme informações do Cadastro Nacional de Arqueologia, vinculado ao IPHAN e ao Ministério da Cultura.

[24] Acompanhe o cumprimento da condicionante de nº 11, da Deliberação Consema nº 017/2010, de 19 de novembro de 2010, referente ao Proc. Adm. do IEMA nº 46116796.

[25] Segundo apresentação de investimentos anunciados para o Espírito Santo 2010-2015, pelo IJSN no mês de abril de 2011.

[26] Processo de Licenciamento Ambiental existentes no IEMA da CSU – nº 47787830 e Processo da IV Usina da Samarco nº 46116796.

[27] Notícia publicada no Jornal A Gazeta, no dia 2 de março de 2011, p. 13.

[28] Segundo matéria do Jornal A Tribuna do dia 28 de novembro de 2008, p.27.

[29] Para estas unidades de Conservação foram destinados recursos para Compensação Ambiental durante a Construção da Terceira Usina, mas a iniciativa não saiu do papel. Agora, durante o licenciamento da IV Usina foram destinados recursos para estas UC municipais, sendo R\$ 1.000.000,00 para Estação Ecológica de Papagaio e R\$ 500.000,00 para APA da Guanabara, conforme diz condicionante de nº 9, da Deliberação Consema nº 017/2010, de 19 de novembro de 2010, referente ao Proc. Adm. do IEMA nº 46116796.

[30] Lei nº 9985/2000 que trata do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

[31] Segundo informa o Inventário da Oferta turística de Anchieta do ano de 2005.

[32] Segundo Lista da Fauna Ameaçada de Extinção, elaborada pelo IEMA a tartaruga cabeçuda encontra-se no status vulnerável.

[33] Ofício 18/2010 do GAMA, protocolado no processo administrativo do IEMA nº 47787830, referente ao Licenciamento da CSU.

REFERÊNCIAS

ACSERALD, Henri. **Conflitos Ambientais no Brasil**. Ed. Relumé Dumará. Rio de Janeiro, 2004.

ARANTES, Otília. Uma Estratégia Fatal. IN: **A Cidade do Pensamento Único**: desmanchando consensos. Otília Arantes, Carlos Vainer e Ermínia Maricato (orgs). Petrópolis. Vozes. 2000.

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO. Vitória: **Recenseamento das propriedades rurais do Estado do Espírito Santo de 1920**. Benevente. Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/pdf/Recenseamento/Recenseamento_1920_Benevente.pdf>

Acesso em 10 de abril 2011.

BENEVOLO, L. **A Cidade e o arquiteto**: método e História na arquitetura. Ed. Perspectiva. São Paulo, 1984.

BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. **Anchieta e a obra jesuítica no Espírito Santo**. Vitória, ES: EDIT, 1999.

CALDEIRA, T. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34. Edusp, 2000.

COSTA, Wanderley Messias. **O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil**. Editora Contexto: São Paulo, 2000.

DAEMON, Basílio Carvalho. História, descoberta e estatística da Província do Espírito Santo. Vitória, ES: Typ. do Espírito Santense, 1879.

DURHAM, Eunice. **A Caminho da Cidade**: a vida rural e a migração para São Paulo. Ed. Perspectiva: São Paulo, 1984.

GEORGE OLIVEN. **A Antropologia de Grupos Urbanos**. 6ª Ed. Petrópolis. RJ. Vozes. 2007.

GONÇALVES, E. **Anchieta, cidade dos sonhos**. Vitória/ES: edição própria, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasília. Apresentação das cidades brasileiras. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em 20 de abril de 2011.

_____. _____ . *Sinopse estatística do município de Anchieta* : Estado do Espírito Santo. Rio de Janeiro : IBGE, 1948.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARISTÉTICO NACIONAL. *Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos – CNSA/SGPA*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montaPaginaSGPA.do>> Acesso em 9 de abril de 2011.

INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS. **Licenciamento Ambiental – RIMA**. Disponível em: <<http://www.meioambiente.es.gov.br/default.asp>> Acesso em 15 de abril de 2011.

IANNI, Octavio. **Karl Marx: Sociologia**. Ed. 3ª. São Paulo, 1982.

JACOBS, Jane. Condições para a Diversidade Urbana. IN: JACOBS, Jane. Morte e Vida de Grande Cidades. São Paulo. Martins Fintes. 2000.

KOWARICK, L. A lógica da desordem. In: A espoliação Urbana. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, H. **Da cidade à sociedade urbana**. In: A Revolução Urbana. Belo Horizonte: Humanitas, 2002.

LINS, Gustavo. **O Capital da Esperança: A experiência dos trabalhadores na Construção de Brasília**. Editora UNB: 2008.

LEITE, Rogério Proença. **Usos e contra-usos: a Construção sócio-espacial da diferença**. IN: Leite, Rogério Proença. *Contra Usos da Cidade: Lugares e Espaço Público na Experiência Urbana Contemporânea*. Campinas. S.P. Editora da Unicamo. 2004.

MAGNANI, José Guilherme C; TORRES, Lilian de Lucca (Orgs). **Quando o campo é a cidade**. *Fazendo Antropologia na MetrÓpole*. IN: *MetrÓpole: Textos de antropologia urbana*. São Paulo. EDUSP/FASESP. 2000.

MILANI, Carlos. **Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil)**. In: *Capital social, participação política e desenvolvimento local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia*. Escola de Administração Desenvolvimento Local e Legislação Urbanística da UFBA (NPGA/NEPOL/PDGS). 2005. Disponível em: <<http://www.adm.ufba.br/capitalsocial/Documentos%20para%20download/>> Acesso em: 10/04/2011

MATTOS, Sônia Mattos. **A cidade de Anchieta, Espírito Santo e o discurso do desenvolvimento.** In: 27ª. Reunião Brasileira de Antropologia, 2010, Belém, Pará, Brasil.

_____, _____. **Anchieta Nosso Patrimônio.** 1º Vol. Ed. UCG, Goiania. 2006.

_____, _____. **A Aldeia de Iiritiba:** atual cidade de Anchieta no Espírito Santo (Revista Habitus, no prelo).

NAGAR, Carlos. **O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E A IMIGRAÇÃO ITALIANA:** O Relato do Cavalheiro Cônsul Real em Vitória. Vol. 1º. Coleção Canaã. Arquivo Público Estadual

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo.** 3º Ed. Vitória: Arquivo Público do Estado, 2008.

PARK, E. **“A cidade: sugestões para investigação do comportamento humano”.** In: VELHO, O. G. O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar.

RAMOS, MH, R; SILVA, A. I, da; ATAÍDE; S, G. de (org). **Desenvolvimento Local, saúde e meio ambiente** – O impacto dos grandes projetos em Anchieta/ES na Região Metropolitana da Grande Vitória e Macaé/RJ, Vitória (ES), EMESCAN, 2009.

_____, ____; ____; ____; ____; **Macaé hoje, Anchieta amanhã. A Ação Destrutiva do Capital.** 2011 – (No Prelo).

ROCHA, Levy. Viagem de Pedro II ao Espírito Santo. 3º Ed. Vitória, ES: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **A Origem da Desigualdade entre os homens.** Ed. Escala, 2004.

ROLNIK, R. Definido a cidade. In: (Ed.). **O que é cidade** São Paulo: Brasiliense, 2004.

RUIZ, Manuel Delgado. Los Procesos de apropiación del espacio Público. IN: Espacio e Território: Miradas Antropológicas. Danielle

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade.** Ed. Vozes. Petropolis, 1979.

SALVADOR, José Gonçalves. **A capitania do Espirito Santo e seus engenhos de açúcar:** (1535-1700): a presença dos cristãos-novos. Vitória, ES. Dep. Estadual de Cultura, 1994.

SOUZA, M. L.; Rodrigues, G. B. **Planejamento Urbano e ativismos sociais.** Ed.Unesp. Coleção Paradidáticos, 2004;

TUAN, Yi-FU. Espaço e Lugar. **A Perspectivas da experiência.** São Paulo: Difel 1983.

TSCHUDI, Johann Jakob Von. **Viagem à Província do Espírito Santo: imigração e colonização suíça, 1860.** Vitória, ES: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2004.

VALLADARES, L. **Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil.** In: Boschi, R. (org). Corporativismo e desigualdade a construção do espaço público no Brasil. IUPERJ, Rio Fundo, 1989.

VALENÇA, M. M; **Cidade (I)legal. Ed.1º. Mauad. São Paulo: 2008.**

WACQUANT, L. **Marginalidade no terceiro milênio.** In: Os Condenados da cidade. Revan/Observatório das metrópoles. Rio de Janeiro, 2001.